



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

**Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
Zona Cívico-Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**

Memória da 46ª Reunião Ordinária

do

**Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM**

DATA: 16/04/2013

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Ministério da Agric, Pecuária e Abas (MAPA) | Derlinda Vieira de Souza |
| 2. Ministério da Agric, Pecuária e Abas (MAPA) | Gisele Ventura Garcia Grilli |
| 3. Ministério da Cultura (MinC) | Marília Gabriela Villarreal Goulart |
| 4. Ministério da Defesa (MD) | Coronel Rodrigo Martins Prates |
| 5. Ministério da Educação (MEC) | Danielly dos Santos Queirós |
| 6. Ministério da Justiça (MJ) | Beatriz Cruz |
| 7. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) | Alexandra Rodrigues Rocha |
| 8. Ministério das Cidades (MCid) | Elzira Marques Leão |
| 9. Ministério das Relações Exteriores (MRE) | Tatiana Gomes Bustamante |
| 10. Ministério de Minas e Energia (MME) | Elizane Veloso Costa Guedes |
| 11. Ministério de Minas e Energia (MME) | Maria Gorett de Couto Gomes |
| 12. Ministério do Desenvolv. Social (MDS) | Teresa Sacchet |
| 13. Ministério do Esporte (ME) | Izabella Cansanção Marques |
| 14. Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Ana Carolina Mendes |

15. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP)	Eloá França Magalhães
16. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP)	Maria do Rosário Cardoso
17. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Adriana Santos
18. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Esther Alvim
19. PR/Casa Civil	Magaly Correia Marques
20. Banco do Brasil (BB)	Maurício Messias
21. Banco do Brasil (BB)	Flávia Bustamante
22. Banco do Brasil (BB)	Marcelo Corrêa
23. Caixa Econômica Federal (CAIXA)	Marieta Angélica Almeida Siqueira
24. Caixa Econômica Federal (CAIXA)	Sandra Helena del Pupo
25. Caixa Econômica Federal (CAIXA)	Luciene Tomasi Francica
26. Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Arlene Santos
27. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA)	Luana Simões
28. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA)	Elizabeth Marins
29. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA)	Natália de G. Fontoura
30. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM)	Lucia Helena Rincón Afonso
31. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM)	Silvana Veríssimo
32. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM)	Maria José de O. Araújo

Da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM:

- 33. Lourdes Bandeira – Secretária-Executiva
- 34. Hildete Pereira – Coordenadora SAIAT
- 35. Silvana Zuccolotto – Coordenadora da SAAE
- 36. Camila Rocha Firmino – Assessora técnica da Secretaria Executiva
- 37. Leila Giandoni Ollaik – EPPGG
- 38. Irismar Gomes da Silva - SNEV
- 39. Marcelo Oliveira Barbosa - SNEV
- 40. Renata Preturlan – EPPGG

A **Ministra Eleonora Menicucci (SPM)** abriu a reunião ressaltando a importância da mesma para os trabalhos do Comitê e para implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM 2013-2015. Informou que o Plano ainda não está disponível devido aos poucos acertos restantes com diferentes ministérios, dada as nossas parcerias na gestão transversal. O fato de haver políticas não executadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM exige que se tenha afinidade com outros ministérios. Até o final do mês o PNPM estará disponível para *download* no *site* da SPM. Além dos ajustes finais, é necessário inserir como anexo ao PNPM o Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 que dispõe sobre o mesmo e amplia este Comitê; e a Portaria nº 38 que nomeia as/os representantes do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e aprova o regimento interno do Comitê. A Ministra reforçou a importância das/os membros do Comitê enquanto protagonistas na implementação da perspectiva de gênero nos seus respectivos órgãos governamentais, uma vez que cada membro deste Comitê deve atuar internamente nos seus respectivos órgãos no sentido de incentivar e monitorar a implementação do PNPM, além da atuação no âmbito da SPM.

A Ministra ressaltou os esforços da SPM para promulgação da Emenda Constitucional 72/2013 [resultante da PEC 66/2012 - PEC das Domésticas] que traz

novos direitos às trabalhadoras domésticas; fruto de um esforço conjunto, inclusive da própria Ministra que solicitou publica e pessoalmente ao Presidente do Senado – Senador Renan Calheiros que fosse promulgada a PEC 66/2012 com rapidez.

Destacou a importância da Deputada Benedita da Silva e da Senadora Lídice da Mata no processo de aprovação da mesma. Também informou sobre a participação da SPM na Comissão para a regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013, que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas integrada pelos Ministérios do Trabalho, da Previdência Social, da Fazenda, do Planejamento; além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Informou que o Ministério do Trabalho elaborou texto explicativo sobre o tema para os Ministérios, caso queiram, disponibilizarem nos seus *sites*. Explicou que nas negociações da Comissão que trata da regulamentação já há consenso de que não haverá mudança na multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa; já existe uma negociação de consenso sobre a criação de um boleto unificado para o recolhimento dos encargos trabalhistas, a fim de facilitar para o/a empregador/a doméstico. Explicou que essa unificação não se refere à unificação dos encargos, mas apenas dos pagamentos em um só boleto. Ao ampliar e igualar os direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os aos das/os demais trabalhadoras/es o Brasil realiza um grande avanço rumo à assinatura da Convenção 189 da OIT sobre trabalho decente. Por fim, a Ministra desejou uma ótima e produtiva reunião e se desculpou por sair para o cumprimento de outra agenda.

A **Secretaria-Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** prosseguiu coordenando a reunião. A Ata da 45ª Reunião do Comitê foi aprovada e procedeu-se aos informes. A Secretária Lourdes informou que Decreto nº 7.959 de 13 de marco foi publicado e define a vigência do PNPM de 2013 a 2015 por conta de os trâmites para publicação terem se alongado e o Decreto não poder retroagir. Porém, como o Plano está articulado com o PPA 2012-2015, as ações de 2012 serão preenchidas no sistema de acompanhamento do PNPM – Sig SPM da mesma forma como previsto em 2012. Informou que os Anais da 2ª e da 3ª Conferências Nacionais dos Direitos das Mulheres estão disponibilizados no *site* da SPM.

Silvana Zucolotto (SPM) informou que a Secretaria de Avaliação e Autonomia Econômica – SAAE está com edital aberto para projetos em capacitação para autonomia econômica das mulheres e que a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas - SAIAT está com edital aberto para projetos em: organismos de políticas para mulheres, educação, saúde, poder e diversidade. Informou também que após a premiação do Prêmio: “Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável”, será feita uma publicação sobre os contemplados. No prêmio se inscreveram quinhentos e dezessete grupos, sendo que destes, trinta propostas já foram escolhidas como finalistas. Também foram convidadas para o evento de assinatura do termo de cooperação técnica entre SPM e MDIC, que criará a categoria “Igualdade de Gênero nos Negócios” do Prêmio Apex-Brasil, voltado às empresas exportadoras, dia 19/04/2013, às 16h, na SPM.

A **Secretaria-Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou sobre o prêmio “Mulheres Negras Contam sua História”. O prêmio foi dividido em duas modalidades: redação e ensaio. O júri foi presidido pela ex-ministra Matilde Ribeiro e composto por sete membros, dentre as quais: escritoras, artistas e intelectuais negras. O concurso foi pioneiro e não houve nenhum pré- requisito para inscrever-se , assegurando a isonomia entre as participantes. **Hildete Pereira (SPM)** complementou o informe colocando que o prêmio teve como objetivo visibilizar a perspectiva e as histórias das mulheres negras no processo de construção da história do país. Houve 520 inscrições. Desta, 65 redações

(com até 5000 palavras) e 110 ensaios. Foram agraciadas cinco redações com R\$ 5.000 mil reais cada; e cinco ensaios com R\$ 10.000 cada um. Os textos premiados serão publicados. A entrega do Prêmio ocorrerá dia 23 de abril às 11h, na SPM. O prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” contou com 5.300 trabalhos inscritos Evidenciando que a política de cotas funciona, uma vez que 50% das inscritas com artigos científicos se declararam negras.

Irismar Gomes da Silva da Secretaria de Enfrentamento à Violência – SNEV (SPM) informou que o edital nº 03/2013 está aberto, até dia 22 de maio, via SICONV, com objetivo de selecionar propostas para ampliação e fortalecimento de serviços especializados em atendimento às mulheres em situação de violência, apoio a ações educativas e preventivas de enfrentamento à violência contra a mulher e apoio a estudos, pesquisas e formação no enfrentamento à violência contra a mulher.

Marcelo Oliveira Barbosa (SPM), responsável pelo programa Mulher Viver sem Violência, informou que este é constituído por cinco ações:

1. Construção da Casa da Mulher Brasileira. Haverá uma em cada capital. Serão construídas quinze em 2013 e dezessete em 2014; com orçamento previsto de 116 milhões de reais para a construção;
2. Ampliação do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, cujo investimento será de 25 milhões de reais com vistas a proporcionar melhor atendimento e integração com a Casa da Mulher, sendo sua principal porta de entrada;
3. Organização e humanização do atendimento, com investimento de 120 milhões de reais. Ampliação e adequação dos Institutos Médicos Legais e Hospitais de Referência, que hoje são 85 espalhados pelo país;
4. Campanhas de divulgação do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, da Lei Maria da Penha e de enfrentamento à violência doméstica. Contarão com investimento de cem milhões de reais para realização de duas campanhas em 2013 e três campanhas em 2014;
5. Ampliação e construção dos núcleos de fronteira (porta de entrada de atendimento das mulheres nas fronteiras) com quatro milhões de reais para ampliação de três núcleos e construção de mais seis novos núcleos.

Marcelo esclareceu ainda que atualmente a fase é de visitas aos terrenos disponibilizados pela União nos estados. A proposta é integrar vários serviços da rede de atendimento com uma equipe multidisciplinar. O desafio é levar todos os serviços para um só local. Hoje, a mulher chega na delegacia, recebe encaminhamentos para vara especializada, promotoria, centro de referência etc, no processo muitos atendimentos se perdem. A ideia é facilitar o acesso e para o que não for feito na Casa haverá disponibilização de transporte.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** observou que o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher – recebe aproximadamente duas mil chamadas por dia, das quais em torno de 30% são denúncias. A ampliação do Ligue 180 ainda apresenta um atendimento que está aquém das necessidades. Um importante avanço foi o Decreto nº 9.758/13 que, entre outras medidas, dispõe sobre o recolhimento de vestígios, para perícia criminal, no atendimento à mulher vítima de violência sexual no âmbito do SUS. A vítima não precisará ir até o IML para realização dos exames e recolhimento de vestígios. A Casa da Mulher Brasileira foi baseada na experiência

existente em El Salvador, porém adaptada a nossa realidade e legislação. O programa é prioridade da SPM.

Magaly Marques (Casa Civil) destacou a importância do recolhimento de provas para a responsabilização do agressor e que nesse sentido a Casa da Mulher, ao agregar diferentes serviços, contribuirá para melhorar as medidas necessárias à contracepção de emergência e para prevenção e tratamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs.

Beatriz Cruz (MJ) complementou que existe um grupo de trabalho para pensar protocolos, fluxos de atendimento e cronogramas. O Programa envolve serviços de vários órgãos diferentes e poderes de instâncias diversas (estaduais, municipais e do DF) que deverão disponibilizar serviços.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** apresentou o informe sobre a participação do Brasil na 57ª. Reunião anual da *Comission on the Status of Women – CSW* (Comissão sobre a condição da mulher), das Nações Unidas, realizada entre os dias 4 e 15 de março de 2013 em Nova York. O tema da Conferência foi a Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Estiveram presentes cerca de doze mil participantes, sendo que por volta de seis mil eram membros ou representantes oficiais dos países e as demais eram participantes da sociedade civil. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira chefiou a delegação brasileira que teve importante participação tanto pela amplitude da delegação quanto pelas posições em favor das mulheres. O relatório está disponível no *site* da SPM. Em 2012 o tema da 56ª reunião da CSW foi sobre As mulheres rurais. Como não houve consenso entre as/os participantes, acabou sem a publicação do documento final (recomendações). O Brasil foi protagonista em vários temas discutidos. Houve muita discussão em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, permanecendo no documento final, o estabelecido em na Conferência de Cairo (1994) e de Beijing (1995) que é o acesso à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres.

O Brasil também defendeu o uso mais amplo da compreensão sobre a família, com uso no plural, de modo a contemplar as novas configurações familiares, mas essa proposta não foi incorporada. Também apoiou a proposta do México na questão do feminicídio, que entrou para o documento final. Já existe o documento oficial em inglês e a SPM disponibilizará uma tradução em breve. A avaliação é de que embora não tenha havido grandes avanços, também não houve retrocessos.

Mauricio Messias (BB) convidou as instituições que tenham interesse em realizar ações junto aos grupos inscritos no Prêmio Mulheres Rurais que entrem em contato com ele. Será realizado um pré diagnóstico em parceria com a SPM com vistas a apoiar os grupos com programas do Banco do Brasil ou de outras instituições parceiras que se disponham.

Lucia Rincón (CNDM) destacou que os conselhos estaduais e municipais possivelmente terão interesse em ingressar nessa parceria. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira acrescentou que pode ser pensada uma estratégia, após o mapeamento, de se levar para os conselhos estaduais o trabalho do BB. A parceria é bem vinda e pioneira pois, antes do Prêmio, não se sabia de tantos grupos cooperativos de mulheres rurais.

Arlene Santos (Funai) informou que está ocorrendo o “Abril Indígena”, cuja agenda foi proposta em grande parte pelas indígenas.

Ana Lucia (IBGE) informou sobre o projeto, ainda em construção, o “@mulher”, de reunir em um único *site* todas as informações sobre mulher(es) disponíveis (pesquisas, indicadores etc).

Terminados os informes, a Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM) passou para o primeiro ponto da pauta: a leitura e aprovação do novo Regimento Interno do Comitê, dada sua ampliação pelo Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013. Após a leitura, o regimento interno foi aprovado. A minuta da portaria com os nomes das/os integrantes também foi apresentada para eventuais correções, e aprovada pelo Comitê.

Seguiu-se para o segundo ponto da pauta: Apresentação por **Luciane Frâncica (CAIXA)** sobre a nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para empregadas/os domésticas/os.

A **CAIXA** fez apresentação sobre a EC 72/2013 e explicou que, no mês de janeiro/2013, foi realizado o recolhimento do FGTS para mais de 105 mil trabalhadoras/es domésticas/os. Esse recolhimento, que hoje é facultativo, é feito por meio do SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social ou quitação da guia papel - GFIP Avulsa. É de responsabilidade do empregador e corresponde a 8% do salário. Os recursos do FGTS alcançam toda a sociedade, por fomentar políticas públicas, por meio do financiamento de programas de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico, além de amparar a/o trabalhadora/o. Com a publicação da EC 72/2013, as/os trabalhadoras/es domésticas/os tiveram seus direitos ampliados e o recolhimento passa a ser obrigatório. Quase sete milhões de domésticas/os poderão ser beneficiadas/os. Será definida uma guia unificada para simplificar o modelo de recolhimento, que reúne o recolhimento de FGTS, Previdência Social, PIS/COFINS (Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e SAT- Seguro de Acidente do Trabalho. Informou que foi desenvolvido um aplicativo, que será disponibilizado em plataforma na web, para gerar a Guia, que poderá ser paga em qualquer canal de atendimento e que contempla todas as obrigações tributárias e trabalhistas. A CAIXA aguarda a regulamentação da Emenda para definição dos procedimentos a serem adotados para o recolhimento obrigatório e está tentando cumprir todas as etapas para lançamento em primeiro de maio.

Na sequência foram discutidas as **ações prioritárias do PNPM** a serem executadas em 2013. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira observou que poucos órgãos enviaram as prioridades e também poucos preencheram o sistema de monitoramento e/ou agendaram a visita para o preenchimento conjunto. A SPM continua à disposição para o agendamento das visitas.

Foram apresentadas as ações prioritárias do PNPM propostas pela SPM do com prioridade de monitoramento em 2013, quais sejam (por área da SPM):

Prioridades da Secretaria-Executiva: Capítulo 5. Ação 5.5.8. Estimular a criação de Comitês de Gênero nos Ministérios que incorporem também as perspectivas étnica, racial e de orientação sexual. (criar mecanismos de gênero). Capítulo Gestão e Monitoramento. Ações 1.4. Articular e contribuir para a criação e o fortalecimento de mecanismos de gênero em ministérios e órgãos setoriais; 1.5. Articular e contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos de promoção de políticas para as mulheres nos governos distrital, estaduais e municipais; 4.1. Fortalecer o Sistema Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – SigSPM; 4.3. Garantir o funcionamento e o fortalecimento do Comitê de Articulação e

Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assegurando que os respectivos ministérios informem sobre suas ações; e 4.7. Realizar a avaliação qualitativa e quantitativa do PNPM e divulgar seus resultados.

Prioridades SAAE:

Capítulo 1

1.4.2. Apoiar projetos de municípios, do distrito federal e de estados para capacitação de mulheres para a sua inserção em setores e ocupações consideradas masculinas, priorizando capacitação em setores tecnológicos.

1.5.3. Articular para assegurar às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos previstos na CLT aos demais assalariados.

Capítulo 6

6.1.7. Articular processos de intercâmbio e cooperação internacional, em especial no âmbito Sul-Sul, para difusão de práticas e políticas de desenvolvimento sustentável desde uma perspectiva de igualdade entre mulheres e homens.

Capítulo 7

Linha de ação 7.1. Fortalecer o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres do campo, da floresta e das comunidades tradicionais, promovendo acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à transição agroecológica e à agricultura familiar.

7.1.1. Apoiar a produção das mulheres nas hortas urbanas e rurais, bem como na produção de alimentos agroecológicos, com vistas à promoção do desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental.

7.1.2. Implementar ações para ampliação das culturas que respeitam os saberes tradicionais das mulheres.

7.1.3. Apoiar a capacitação de mulheres quilombolas e indígenas para atividades de geração de trabalho e renda.

7.1.4. Apoiar a cooperação bilateral sobre políticas para as mulheres rurais entre países Sul-Sul e em especial no âmbito do Mercosul.

7.1.5. Promover o acesso das mulheres ao Pronaf Mulher e fortalecer o atendimento às mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural, com a inclusão das temáticas de gênero nos processos de assistência e ampliação do número de mulheres técnicas.

Prioridades da SAIAT

Capítulo 2

2.2.1. Formar 40 mil gestoras e gestores e servidoras/es públicos nas temáticas de gênero e relações étnicas e raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

2.2.2. Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação e demanda social nas temáticas de gênero, relações étnicas, raciais e de orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na escola.

2.4.2. Realizar quatro edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

Capítulo 3

3.1.1. Atualizar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher com pactuação na Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

3.5.1. Implementar modelo de atenção obstétrica e neonatal, qualificada, humanizada e baseada em evidências em saúde.

3.6.1. Ampliar e qualificar os serviços da rede de saúde e atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, incluindo os serviços de aborto previsto em lei.

3.6.7. Implantar a notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências em articulação com os Núcleos de Prevenção de Violências.

Capítulo 5.

5.5.1. Ampliar para mil o número de municípios com organismos executivos de políticas para as mulheres e assegurar a institucionalidade e o fortalecimento destes organismos nas 27 Unidades da Federação (*fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres nos estados e municípios*).

Capítulo 9

9.1.3. Fortalecer, na estrutura das Ouvidorias dos órgãos governamentais, a capacidade para receber e atuar em denúncias de assédio moral e sexual, bem como de racismo, sexismo e lesbofobia.

Prioridades SNEV:

Capítulo 4

4.1.03. Criar Centros Especializados da Mulher em situação de violência.

4.1.15. Ampliar o número de serviços e fortalecer a atenção especializada para atendimento das mulheres em situação de violência.

4.1.16. Criar Unidades Móveis de atendimento às mulheres em situação de violência no campo e na Floresta.

4.1.17. Criar serviços de atendimento às mulheres migrantes em situação de violência nas fronteiras.

4.1.18. Articular atores federais, estaduais, distrital e municipais para garantir a integração dos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres.

4.1.21. Criar ou revisar normas técnicas e protocolos nacionais para o funcionamento dos serviços de prevenção e assistência às mulheres em situação de violência.

4.1.22. Ampliar e aperfeiçoar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para se tornar um Disque Denúncia.

4.2.02. Realizar campanhas, mobilizações e ações educativas sobre a Lei Maria da Penha.

4.4.07. Fomentar a cooperação internacional e novos acordos bilaterais e multilaterais de cooperação para o atendimento das mulheres brasileiras em situação de violência, tráfico de pessoas e exploração sexual no exterior.

4.4.09. Realizar campanhas e ações educativas que desconstruam os estereótipos e esclareçam a população sobre as práticas que configuram exploração sexual e tráfico de mulheres.

4.5.03. Articular a inserção das mulheres em situação de violência nos Programas Sociais das três esferas do governo com destaque para a inserção no mundo do trabalho, geração de renda, economia solidária, capacitação profissional e acesso a equipamentos sociais.

As ações prioritárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhadas são: 2.1. Inserir módulo de gênero e raça, e suas múltiplas formas de desigualdades nos cursos de formação e aperfeiçoamento das carreiras da administração pública federal, inclusive e especialmente para a carreira de analistas de políticas sociais; e 2.2. Incluir no conteúdo das provas dos concursos públicos as temáticas de gênero e raça, e suas múltiplas formas de desigualdades.

As ações prioritárias do Ministério da Cultura são: 8.1.6. Elaborar diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero; 8.1.7. Fomentar a produção cultural afirmativa que valorize as expressões das mulheres e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros; 8.5.4. Assegurar a inserção das mulheres nas oportunidades econômicas criadas pelos programas e projetos de incentivos públicos e de fomento na área da cultura.

As ações prioritárias do Ministério da Defesa são: 4.3.30. Fortalecer as práticas esportivas como instrumento de paz, nos locais de atuação das Forças Armadas; 4.3.28. mapear as competências necessárias para a execução de atribuições pelas mulheres nas Tropas de Paz; e 4.3.29. Contribuir na capacitação e treinamento das Tropas de Paz na perspectiva de gênero.

Foi destacado que o MDA, o MEC e o MS são os órgãos com mais ações no PNPM 2013-2015 que ainda não enviaram suas prioridades. Ressaltou que para o relatório de 2012 será necessário o preenchimento do Sig SPM pelos membros do Comitê com base na execução orçamentária, na qual serão identificadas as ações equivalentes no PNPM.

Teresa Sacchet (MDS) apresentou as prioridades do MDS como sendo as ações 1.1.15. Implementar programas de enfrentamento ao trabalho infantil doméstico, ampliando, qualificando e articulando programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados na execução dessa atividade; 1.2.1. Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva de mulheres nos meios urbano e rural e favorecer mecanismos para comercialização de sua produção; e 6.2.5. Garantir o acesso à água e a melhoria das condições de convivência com o semiárido por meio da construção de cisternas, seguro agrícola e outras tecnologias social e ambientalmente sustentáveis.

Danielly Queirós (MEC) colocou que as prioridades do MEC são os cursos de formação em gênero e diversidade na escola, com 8.280 vagas em 22 instituições de ensino superior; e de especialização em gestão de políticas públicas em gênero e raça, com 3.330 vagas.

Sandra Del Pupo (CAIXA) colocou que embora a CAIXA não seja responsável por nenhuma ação no Plano como órgão executor, mas sim como parceira dos órgãos executores, poderá colaborar na capacitação de gestores municipais (2.2.1), liberando o curso "Diversidade", elaborado para empregados CAIXA, após a avaliação do conteúdo pela SPM, além de acrescentar módulos de gênero nos atendimentos de capacitação aos municípios.

Isabella Marques (ME) informou que foi criado um grupo de trabalho em gênero e esporte; que o seminário sobre mulheres, esporte, lazer e políticas públicas já foi aprovado e será realizado (ação 8.2.2.); e que o diagnóstico nacional do esporte terá os primeiros dados em agosto de 2013 (ações 8.2.1. e 8.2.4.). Também serão realizados o Campeonato Brasileiro, a Copa Libertadores e o Campeonato sub 17 (no âmbito escolar) de futebol feminino (ação 8.8.2).

Elzira Leão (MCid) afirmou que enviará as prioridades em breve.

Maria José Araújo (CNDM) questionou se o Conselho poderia solicitar a mudança nas prioridades. A Secretária Lourdes colocou que isso não seria mais possível

neste momento e que o CNDM poderia ter elencado suas prioridades anteriormente. Lucia Rincón concordou e disse que o CNDM poderá fazer para o próximo ano, que isso se configura como um aprendizado no exercício de democracia.

Após o intervalo de almoço, a Secretária Executiva Lourdes Bandeira retomou os trabalhos explicando que o objetivo da segunda parte da reunião seria para discutir e elaborar um projeto para implementação de Mecanismos de Gênero nos órgãos governamentais que ainda não os têm. As/os integrantes do Comitê devem levar a proposta para sua Secretaria Executiva a fim de que, na próxima reunião deste Comitê a ocorrer dia 19 de junho, já terem condições de trazer uma resposta dos encaminhamentos em seus respectivos órgãos.

Foi apresentado um resumo do documento resultante do workshop realizado em 2010 no âmbito do Comitê: *Orientações Estratégicas para a Institucionalização da temática de Gênero nos Órgãos Governamentais*. Esse documento serviu de parâmetro para elaboração do projeto apresentado nesta reunião.

A proposta de projeto apresentada pela SPM foi lida e apreciada pelos membros do Comitê, que sugeriram alterações e acréscimos ao documento. Foi pontuada, por muitos dos membros, a necessidade de uma capacitação e uma formação em gênero tanto para quem irá compor os Mecanismos quanto para o próprio Comitê.

A Secretária Executiva Lourdes Bandeira observou que, como providências, será elaborada uma proposta de capacitação em gênero voltada aos Mecanismos, bem como um seminário sobre Gênero e Políticas Públicas no âmbito deste Comitê, provavelmente nos dias 12 e 13 de agosto de 2013. O Banco do Brasil ofereceu as instalações do Centro Cultural Banco do Brasil como possível local para realização deste seminário. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira também se colocou à disposição para realizar apresentações nos ministérios sobre a necessidade de criação de mecanismos de gênero, nos diversos órgãos da administração pública federal, conforme demanda dos membros do Comitê.

Além disso, a SPM se coloca à disposição para agendar visitas para auxiliar o preenchimento do SigSPM e estará recebendo até o fim dessa semana, via e-mail, as prioridades do PNPM dos órgãos que ainda não as apresentaram.

Será encaminhado aos membros deste Comitê o projeto para implementação dos Mecanismos de Gênero com as alterações sugeridas durante a reunião.

Vencida a pauta e sem ter mais nada a acrescentar a Secretária Lourdes Bandeira encerrou a reunião do Comitê agradecendo a presença e colaboração de todas/os.